

Sobre um “carrasco” que virou santo – divergências políticas e doutrinárias em torno de São José de Anchieta¹

A hangman who has become a saint – political and doctrinal disagreements around Saint Jose de Anchieta

Leila Schoenenkorb²

RESUMO

A proposta deste artigo é analisar como as histórias dos primeiros protestantes que vieram ao Brasil no século XVI foram recontadas no século XX, e como reverberam ainda nos dias de hoje. Os calvinistas sonhavam com um refúgio distante das guerras de religião mas, no Brasil, ora se deparavam com o catolicismo e a inconstância religiosa de Villegagnon, ora enfrentavam o catolicismo reformado da Companhia de Jesus. Um dos mais ilustres jesuítas, São José de Anchieta, ainda hoje tem sua santidade questionada pelas relações que estabeleceu com os protestantes. As divergências sobre o caráter do santo evidenciam o conflito entre diferentes concepções de laicidade no Brasil.

PALAVRAS-CHAVE: Anchieta, João de Bolés, santidade, laicidade.

ABSTRACT

This article is to analyze the stories of the first Protestants who came to Brazil in the 16th century, which were described in the 20th century and how they still echo nowadays. The Calvinists had dreamed of a distant refuge from the religious wars, however, in Brazil sometimes they came across Catholicism and the religious inconstancy of Villegagnon, and sometimes they faced the Reformed Catholicism of the Society of Jesus. Saint Jose de Anchieta, one of the most notable jesuits, still today has his sanctity questioned due to the relations he established with the Protestants. The divergences on the character of the saint show the conflict between the conceptions of secularism in Brazil.

KEYWORDS: Anchieta, João de Bolés, sanctity, secularism.

¹ Recebido em 01/11/2017. Aprovado em 31/12/2017.

² Doutoranda em Sociologia pela Universidade Federal de Minas Gerais. Email: leilaschoenen@yahoo.com.br

Primeiros protestantes no Brasil

No dia 10 de março de 1557, franceses calvinistas ancoraram seus navios na Guanabara. Nicolas Durand de Villegagnon, com um sorriso cortês, abraçou seus conterrâneos³. Como Cavaleiro da Ordem de Malta, era um católico dos mais tradicionalistas, mas para levar adiante sua empreitada na França Antártica, precisou recorrer ao seu velho colega de universidade, João Calvino.

Depois de todos os sacrifícios e perigos enfrentados no mar, os recém-chegados alegraram-se com as declarações do anfitrião. Villegagnon expressava um desejo profundo de não apenas estabelecer a igreja reformada, mas a mais bem reformada das igrejas. Para tanto, era mister eliminar daquele meio social tudo aquilo que porventura atrapalhasse o serviço divino; pretendia extirpar os vícios e o luxo do vestuário. Mas a propósito, o que faria de seu guarda-roupa tão vivamente colorido?

Villegagnon fez sua melhor pose contemplativa. Mãos postas e olhar dirigido para o céu, como quem olha para o Senhor mesmo sem vê-lo, disse o que todos esperavam ouvir. Agradeceu a Deus por ter enviado os reforços que ele tanto desejava; chamou a todos de filhos, porque era como um pai que ele se sentia. Um pai generoso, audaz, resolutivo. Naquele momento, contou sobre seus planos sublimes, falava em um reduto de fiéis distante das guerras de religião. E assim, soube como ninguém abrandar o coração dos protestantes.

Depois dessa recepção acalorada, já era tempo de realizar o primeiro culto, momento inaugural do protestantismo no Brasil. Estavam todos reunidos em uma sala no centro da ilha, naquele instante, centro sagrado. O ministro Richier iniciou as súplicas a Deus, e em seguida, todas as vozes entoaram o salmo 5. Nos pensamentos do ministro também estava o salmo 27, e foi orientado por essa lembrança que ele fez a primeira pregação. O que dizer sobre Villegagnon nesse momento? Um “pai” amável, acolhedor, deferente. Estava absorto, de mãos unidas e olhar voltado para Deus, a todos causava grande admiração.

³ As informações sobre a chegada dos primeiros protestantes no Brasil estão no relato de Jean de Léry. Cf. LÉRY, Jean. *Viagem à Terra do Brasil*. Biblioteca do Exército – Editora, 1961.

Ao fim das preces, os recém-chegados permaneceram na sala para o jantar: farinha de mandioca, raízes, peixe assado à moda indígena. A bebida era água de chuva, já em tons esverdeados; carregava a sujeira, o odor e a cor que adquiriu no armazenamento em uma calha. Os viajantes não reclamaram, afinal, a água dos navios era ainda mais pútrida. Em seguida, e de forma inesperada, receberam as primeiras e árduas tarefas. Outra vez, não se queixaram. Para a segurança deste glorioso refúgio tropical era preciso erguer o forte Coligny, e é certo que alguém precisava carregar as pedras e a terra. Quanto às acomodações, os ministros receberam uma sala tal como a que já estavam, e os outros dormiam em redes em um casebre na praia, coberto por palhas.

Se ainda estavam exaustos pela viagem, se se sentiam debilitados pela parca alimentação diária – composta por duas medidas de farinha de mandioca seca ou empapada em água de cisterna – se ainda não estavam acostumados com o sol causticante da Guanabara, por outro lado, decerto, também experimentavam o profundo e urgente desejo de edificar aquele refúgio. Como esquecer do salmo 27, que tão apropriadamente veio à lembrança do ministro Richier em sua prédica? “O Senhor é a minha luz e a minha salvação; de quem terei temor? O Senhor é o meu forte refúgio; de quem terei medo?” Dificilmente teriam vinho em terra distante e sem uvas, mas estavam aqui com a nobre missão de cultivar as vinhas do Senhor. Villegagnon obrigava seus “filhos” a trabalhar da madrugada ao anoitecer. Os calvinistas, enfim, descobriram que ele era um pai diligente, severo, rude.

Os conflitos não demoraram muito para emergir. Foi em uma festa que as tensões se revelaram. No dia 21 de março os franceses se reuniram para a celebração da Santa Ceia. Seguindo as ordens de Villegagnon, aqueles que ainda não eram adeptos da religião reformada foram proibidos de presenciar a cerimônia. O vice-rei, ajoelhado em uma almofada de veludo, aproveitou a oportunidade para fazer a confissão pública de sua fé. Não obstante o repúdio formal ao papismo esta foi uma indigesta Santa Ceia, tomada por discussões teológicas fervorosas sobre o pão e o vinho. Em se tratando do século XVI, tais discussões eram sobretudo temerárias, era uma imprudência polemizar sobre a eucaristia em tempos de posições religiosas tão extremadas. Mas, se havia conflito com o outro, havia também conflito dentro de cada um. A Reforma, acima de tudo, é um convite a um exame das doutrinas e textos sagrados, e em última instância, pode também se tornar um exame de si mesmo. No momento em que se dissolvem as rígidas e

tradicionais distinções entre clérigos e leigos, multiplicam-se as interpretações e as experiências religiosas. Se alguns adotaram posições extremistas, entusiásticas e até destrutoras; outros podem ter flutuado entre posicionamentos diversos. Se a Reforma trouxe radicalismos, trouxe também hesitações. Villegagnon já não acreditava na transubstanciação, e também rejeitava a consubstanciação. No entanto, entendia que no pão e no vinho estavam o corpo e o sangue de Jesus.

Quando Jean de Lery fala sobre os discursos religiosos de Villegagnon, desapontado, ele afirma o “quanto é difícil conhecer o coração desse homem”. Provavelmente ele morreu acreditando que aquele não passava de um embusteiro, de um velhaco que teve como único objetivo iludir os protestantes. Hoje, distante das paixões do século XVI, é difícil saber até que ponto Villegagnon tergiversava ou oscilava entre possibilidades religiosas. Talvez entre o catolicismo tradicional e a igreja reformada, ele enxergasse um terceiro caminho, uma via conciliadora. Lery duvidava do entendimento de Villegagnon sobre matérias religiosas, acreditava que ele tinha mais interesse em discutir do que propriamente em aprender outra doutrina, o que fez com que ele promovesse disputas, especialmente sobre a ceia. Para Lery, mesmo sem bons argumentos para defender seu posicionamento, Villegagnon, tal como índios antropófagos, desejava comer materialmente a carne de Cristo. O fato é que diante das incertezas e das querelas religiosas, o vice-rei decidiu escrever para Calvino; e por considerá-lo o maior entendedor das Sagradas Escrituras estava disposto não somente a acatar suas orientações como também a ler suas cartas e registrá-las na reunião do Conselho.

Mas como era difícil edificar a igreja reformada! Diante da ruptura do mundo cristão e da urgência em fundar uma colônia sobre novas bases religiosas, os franceses não encontraram segurança, não tinham certezas, não alcançaram consenso. Com tantas tensões veladas, as festas tornaram-se ocasiões para irrompimento de discórdias. A ceia de Pentecostes reacendeu as polêmicas sobre a eucaristia. E enquanto os protestantes acreditavam que o verdadeiro cristão assume uma atitude de simplicidade em relação aos sacramentos, Villegagnon, renitente, pretendia acrescentar água ao vinho e misturar sal e óleo na água batismal. O Cavaleiro de Malta asseverava: “quando Jesus diz do pão, que é seu corpo, cumpre crer, sem maiores interpretações, que de fato assim é, e deixar divagar essa gente de Genebra”. Para os calvinistas, era Villegagnon quem divagava, defendendo suas posições com obstinação, mas sem bons argumentos. De acordo com Lery, ele era

um homem de pensamento contraditório, de atitudes dissimuladas. Mas, da Ordem de Malta para a igreja reformada existia um grande passo. Para além dos aspectos ideológicos, se a França estava dividida e os conflitos de religião imbricados em questões políticas, Villegagnon precisava agir com cautela se ele quisesse preservar o apoio da corte francesa. Inclusive, recebeu cartas do cardeal de Lorena censurando suas atitudes contra o catolicismo.

Depois da ceia de Pentecostes, a opinião de Villegagnon sobre Calvino já não era mais a mesma. Antes, o teólogo de Genebra era o mais reto, perfeito e santo; agora era herege e transviado da fé. Não esperaria mais por suas cartas. Decidiu também reduzir o tempo estabelecido para a prédica dos calvinistas, e raramente comparecia a essas reuniões. Villegagnon tinha se transformado em um pai autoritário, desapiedado, inflexível. E foi assim que as relações rapidamente se deterioraram. Os calvinistas não queriam ser súditos daquele que consideravam um apóstata. Não trabalhariam mais na construção do forte. Villegagnon retaliou não mais lhes concedendo as duas medidas diárias de farinha. Depois de oito meses vivendo e trabalhando no Forte Coligny, os protestantes partiram para o continente e, amistosos, aproximaram-se dos índios; Villegagnon tinha rechaçado seus “filhos”.

Após dois meses na praia, receosos dos conflitos religiosos na França, mas esgotadas as esperanças de construir um refúgio da igreja reformada nos trópicos, os calvinistas embarcaram no navio *Jacques* de volta à Europa. Jean de Lery atribui à Villegagnon o fracasso da França Antártica; se não fosse sua inconstância, sua volubilidade, seu recuo diante da igreja reformada, os franceses teriam se estabelecido no Brasil e não teriam sucumbido no embate contra os portugueses.

As condições do velho “Jacques” não eram animadoras. Logo nos primeiros dias de viagem, a água entrava pela popa. Sob o convés, um carpinteiro trabalhava para cobrir as fendas mais perigosas. Havia tanto peso nos porões e a embarcação estava de tal forma carcomida que um naufrágio era algo bastante provável. Mesmo se o navio não afundasse, a tripulação permaneceria no mar por um tempo maior do que o previsto, e sofreria pela escassez de alimentos. Diante do risco iminente, cinco calvinistas – Pedro Bourdon, João

Bordel, Mateus Verneuil, André Lafon e Tiago Leballeur – decidiram retornar à França Antártica em um bote⁴.

A embarcação não tinha nem mastros nem velas, e os huguenotes tiveram que improvisar utilizando um remo, camisas e cintos. O destino era incerto; desconheciam técnicas de navegação, enfrentaram uma tempestade mas conseguiram retornar ao forte Coligny. Mais uma vez, foram recebidos por Villegagnon. Eram franceses, cristãos e batizados. Não eram desertores, espanhóis, portugueses, flamengos, turcos, ateístas ou epicuristas. Encontravam-se em estado miserável, e com esses argumentos, pretendiam convencer o almirante que poderiam viver como seus servos. Villegagnon, demonstrando generosidade e ternura, aprovou a permanência dos náufragos entre os franceses, prometeu-lhes hospitalidade.

Sabemos sobre o temperamento e o palavório deste Cavaleiro de Malta. O retorno dos huguenotes o perturbava sobremaneira; afinal, como poderia saber se falavam a verdade ou se tudo isso não fazia parte de um plano ardilosamente arquitetado pelos calvinistas para tomar o forte Coligny? Os colonos trouxeram para a França Antártica as dissensões de seu país de origem, Villegagnon sentia-se um líder acossado, desconfiava até mesmo de seus mais devotados servidores, enxergava conspiração em toda parte. Os cinco calvinistas lhe pareciam pérfidos espiões. Decidiu então que eles deveriam redigir uma Confissão de Fé – formulou um questionário sobre temas religiosos e estabeleceu um prazo de doze horas para que esse fosse respondido. Os franceses do continente, preocupados com as intenções de Villegagnon, aconselhavam os huguenotes a abandonar a França Antártica para viver entre os índios ou entre os portugueses. Talvez aquele não fosse um bom momento para o livre exame, sentiam-se atormentados pelo que poderia acontecer. De acordo com Jean Crespín, o questionário abordava os aspectos mais complexos da Bíblia; até mesmo um teólogo, com todo o material necessário disponível e um mês para responder, precisaria de muito empenho para a tarefa⁵. Jean du Bourdel, o mais velho e instruído do grupo, foi escolhido para elaborar o texto. Matthieu Verneuil, Pierre Bourdon e André la Fon, acreditando que aquelas respostas eram adequadas e

⁴ Jean Crespín faz uma narrativa sobre o destino dos protestantes que retornaram à França Antártica. Cf. CRESPIÑ, Jean. **A Tragédia da Guanabara**. Cpad, 2006.

⁵ Cf. CRESPIÑ, Jean. Op. cit.

fundadas na verdade, também assinaram o documento, a primeira confissão calvinista escrita na América. Mas onde estava Tiago Leballeur?

No julgamento do Conselho, a Confissão foi considerada herética e escandalosa; os quatro calvinistas foram presos e condenados à morte. Jean du Bourdel, Matthieu Verneuil e Pierre Bourdon, gravemente enfermo, seguiram o mesmo caminho: conduzidos a um rochedo na praia, estrangulados e atirados ao mar. André la Fon, a caminho da execução, foi induzido pelos pajens a abdicar de suas convicções religiosas. A Villegagnon estava reservado o direito de clemência frente às deliberações do Conselho, e ele pretendia salvar aquele prisioneiro. André la Fon foi poupado pela precariedade da vida na colônia, era o único alfaiate. Mas onde estava Tiago Leballeur?

Antes de responder a essa pergunta é preciso recuperar a trajetória de outro francês que também esteve no Brasil nesse período. João Cointha, Senhor de Bolés, também chegou ao Brasil em 1557, juntamente com Jean de Léry e os outros protestantes enviados por Calvino. Doutor pela Sorbonne e orgulhoso de seu vasto conhecimento teológico, Cointha acabou protagonizando muitas polêmicas. Não tinha a simpatia e a confiança dos calvinistas. Na celebração da Santa Ceia, foi convidado a abjurar o papismo diante de todos. Mas apesar de fazer a confissão pública de sua fé, ficou ao lado de Villegagnon na contenda sobre a eucaristia. Propenso a ostentar seu conhecimento e sua erudição, debatia perigosamente os assuntos religiosos, e não demorou muito para também romper relações com Villegagnon. Deixou o forte Coligny e viveu durante sete meses no continente. Com os outros franceses e os índios aliados, planejou um ataque a São Vicente, mas chegando à Capitania, bandeou-se para o lado dos portugueses. Mais tarde, em 1560, forneceu valiosas informações sobre o forte Coligny aos portugueses, contribuindo sobremaneira para a vitória de Portugal. Assim, passou a viver em São Vicente desfrutando de grande prestígio. Jamais perderia seu espírito inquieto e sua predisposição para instaurar disputas religiosas. Ele é um exemplo de que a Reforma Protestante, paralelamente aos comportamentos extremistas, também propiciou posições ambíguas, oscilantes, temporárias. Cointha parecia não ter vínculos estáveis com nenhuma crença específica, mas estava sempre interessado em discutir e polemizar. Dizia-se letrado e fidalgo, e com uma aprazível conversação, conquistava a admiração e a estima de muitos. Os jesuítas sentiam seu proselitismo como ameaça, Cointha foi acusado de disseminar ideias inspiradas em Lutero, era um herege. Enredado pela Inquisição, ficou preso na Bahia

durante três anos, foi transferido para Lisboa e absolvido das acusações. Mais tarde, envolveu-se novamente em disputas religiosas, desta vez na Índia. Morreu em 1572 na fogueira da Inquisição de Goa.

E onde estava Tiago Leballeur? Durante muito tempo, os estudiosos fizeram uma junção entre estes dois personagens. A história era narrada como se João Cointha – Senhor de Bolés – e Tiago Leballeur fossem a mesma pessoa.

A história de João de Cointha é conhecida através de seus dois processos inquisitoriais. Sobre a trajetória de Tiago Leballeur, as fontes históricas são lacunares. Jean de Léry apenas revela que ele retornou à França Antártica em um bote. E na narrativa de Jean Crespin, seu nome simplesmente desaparece; ele inicia o texto falando sobre o retorno dos cinco huguenotes, mas a Confissão de Fé foi assinada por quatro. Apesar do silêncio das fontes, uma versão bastante conhecida diz que Tiago Leballeur (também chamado de Jacques Le Balleur) conseguiu fugir para São Vicente. Acusado de difundir o cristianismo em uma perspectiva calvinista, foi preso e enforcado pelos portugueses em 1567.

Essa história não teria ganhado tanta notoriedade não fosse a suposta participação do ilustre padre José de Anchieta⁶ no momento da execução. Teve com o condenado a derradeira conversa, objetivando a conversão daquela alma. Acompanhou o evento até os momentos finais. Jacques Le Balleur já estava no cadafalso, mas o carrasco, com visível imperícia, só fazia aumentar o tormento do condenado. Foi então que Anchieta decidiu que ele próprio concluiria a execução, dando grande demonstração de técnica ao algoz profissional. Esta versão foi difundida a partir do relato do padre Simão de Vasconcelos, publicado em 1672:

Aquele hereje, João Bolés, de que dissemos no anno de 1559 que fôra fugido do Rio a S. Vicente [...] foi trazido (não se diz a causa por quê) a este Rio de Janeiro, porventura para que fôsse castigado no lugar onde começára a semear suas heresias, ou porque allí teria commettido outro algum delito grave; como quer que seja, o governador, Mem de Sá, mandou que fôsse justicado ás mãos de um algoz, e a olhos dos mesmos inimigos (que ainda restavam). Para ajuda-lo em tão duro transe, foi

⁶ José de Anchieta nasceu em 1534 na Ilha de Tenerife, no Arquipélago das Canárias. Aos 14 anos partiu para Coimbra para frequentar o Curso Superior de Humanidades, e três anos depois se tornou seminarista da Companhia de Jesus. Aos 19 anos iniciou sua missão no Brasil, trabalhando durante 44 anos na Bahia, Espírito Santo, São Paulo e Rio de Janeiro. Morreu em 1597 na aldeia de Reritiba, atual cidade de Anchieta, ES. Foi beatificado em 1980 pelo Papa João Paulo II e canonizado em 2014 pelo Papa Francisco.

chamado o padre José de Anchieta [...] falou o novo sacerdote ao réo com tão grande espírito e efficacia de razões que converteu seu empedernido coração, e veiu a reconciliar com a santa Igreja aquella ovelha perdida [...] Porém aconteceu aqui um caso digno de ser sabido; porque o algoz, quando foi á execução do castigo, como era pouco dextro no officio, detinha o penitente no tormento demasiadamente, com agonia e impaciencia conhecida. Joseph, que via este erro tão grande e arreceava que por impaciencia se perdesse a alma de um homem, por natural colerico, e tão pouco havia convertido, entrou com zelo, reprehendeu o algoz e instruiu-o ele mesmo de como havia de fazer seu officio com a brevidade desejada: acto de fina caridade. [1672, apud NOVAES, 1900, p.189-190]

As investigações sobre a história de João de Cointha, Senhor de Bolés, demonstraram que ele morreu na Índia em 1572. Mas desfeito o engano, o Bolés que aparece no relato de Simão de Vasconcellos foi associado a Balleur por simples assonância (VIOTTI, 1980). Esta versão foi consagrada no livro “O martyr Le Balleur: 1567” escrito por Álvaro Reis (1917).

Para algumas lideranças evangélicas, o Vaticano promoveu a santo um assassino de huguenote, e essa ideia é reforçada pelas próprias palavras de Anchieta no poema dedicado à Mem de Sá, no qual ele demonstra regozijo diante da morte de protestantes e índios aliados dos franceses. Aníbal Pereira dos Reis – padre que abandonou o sacerdócio para se tornar pastor da Igreja Batista nos anos 1970 – assim apresenta sua interpretação dos fatos:

Naqueles tempos de espesso obscurantismo religioso, a lei fazia um sacerdote acompanhar o réu ao cadafalso. No caso de Bollés, Anchieta foi quem o seguiu. As últimas instâncias para abjurar o Calvinismo e refugiar-se no romanismo, como todas as vestidas anteriores, caíram no vazio. A vítima do ódio clerical, impertérrita, permaneceu em sua lealdade a Jesus Cristo! [...] Retardou o algoz o desfecho fatal. Dizem que por imperícia, mas na verdade por compaixão do inocente que tendo sido por ele já instruído acerca do Evangelho. O fato que Anchieta, de espírito odiento, antecipou-se ao carrasco e enforcou Bollés, um dos mártires evangélicos do Brasil. [...] E Anchieta se tornou além de responsável por tantos crimes perpetrados sobretudo contra indígenas indefesos, culpado também da torpíssima ação de ser algoz de um SANTO (REIS, 1981).

De acordo com os defensores de Anchieta, não existem evidências históricas para comprovar esse fato, ele seria fruto de interpretações equivocadas. Ainda que se admita a veracidade da história, ela não é senão uma prova incontestante da santidade de Anchieta,

que quis poupar o infeliz de um suplício prolongado. Apiedou-se do condenado e evitou que sua aflição extrema colocasse a perder sua salvação. Padre Armando Cardoso afirma que este é “um caso explorado até hoje por protestantes antiquados” (CARDOSO, 2014, p.185):

Foram aprisionados com as armas nas mãos cerca de dez franceses, e, por isso, condenados à força pela lei marcial. Nesse transe, todos, exceto, um, abjuraram o calvinismo e morreram sacramentados. O renitente pretendia ser mártir de sua doutrina. Com piedade dele, pediram ao Pe. Anchieta que procurasse fazê-lo voltar à Igreja Católica. Com sua extraordinária bondade, conseguiu que também esse abjurasse e aceitasse os sacramentos. Mas no momento da execução o carrasco ia fazendo mal o laço que não o mataria e só o fazia desesperar nas ascas da agonia interminável. Anchieta avisou o algoz desatento para que poupasse ao condenado tormentos inúteis e horríveis. O carrasco então corrigiu o erro e tudo se executou normalmente. Com isso, Anchieta foi tachado por protestantes e ateus de carrasco de mártires por causa desse aviso, cuja intenção era simplesmente livrar o condenado de sofrimentos inúteis (CARDOSO, 2014, p.185).

De acordo com o padre Hélio Abranches Viotti, a atitude de Anchieta foi a mais adequada para aquela circunstância:

Os que teimam em tsnar, por isso, a memória de Anchieta, julgam porventura que estivesse em suas mãos suspender a execução da sentença? Desejariam talvez que ele se recusasse ao desagradável mister de assistir à morte do condenado à força? Prefeririam, quem sabe, que se mantivesse impassível perante o sofrimento e o risco de perdição eterna daquela alma, que reconquistara a tanto custo para a sua mesma fé? Sabemos o que pretendeu Álvaro Reis: fazer de Anchieta o “carrasco de Bolés”, transformar o católico, que ali morreu congado com a fé dos seus primeiros anos, no “mártir” protestante (VIOTTI, 1980 p.134).

Anchieta entre o heroísmo e a vilania

Interpretações à parte, dois aspectos sobressaem desta polémica. O primeiro se refere ao fato de que a execução de Bolés ou Balleur contribuiu para atravancar por muitos anos o processo de beatificação de Anchieta. O segundo aspecto importante é que passados quinhentos anos da Reforma Protestante, e quase meio século dos conflitos entre católicos e calvinistas no Brasil colonial, ainda observamos a reverberação dessas histórias.

No século XVI, a Reforma Protestante semeou críticas à doutrina católica de comunhão dos santos, e a veneração das relíquias era satirizada pelos humanistas do renascimento. Pairava uma desconfiança sobre a historicidade de cultos locais e a autenticidade das relíquias. Diante dos avanços da ciência e da medicina, a própria Igreja Católica admitia a necessidade de empreender um exame mais acurado da vida e das ações dos candidatos a santo. Assim, em 1587, o Papa Sisto V estabeleceu o ofício do *Promotor Fidei*, popularmente conhecido como *Advocatus Diaboli*; e em 1558 criou a Sagrada Congregação dos Ritos, com o objetivo de regular o culto e estudar as causas. Todos os documentos dos processos de beatificação e canonização deveriam passar pelo escrutínio do Promotor da Fé, a sua função era analisar com ceticismo o candidato a santo, olhar com suspeição seus supostos milagres e virtudes.

A execução de Jacques Le Balleur poderia se tornar argumento convincente para um advogado do diabo. Padre Lourenço Ferronato afirmou que “durante um longo tempo este episódio foi apresentado como um obstáculo para a beatificação de Anchieta” [FERRONATO, 2011, p.22]; e o padre Armando Cardoso relata que “o fato foi examinado pela severíssima Congregação dos Ritos” [CARDOSO. 2014, p.186].

O início da causa de Canonização de São José de Anchieta remonta ao século XVII, mas só foi concluída recentemente, quando em 2014, o Papa Francisco decidiu pela canonização. Durante o período de vigência dos processos, aconteceram interrupções, e ao longo dos anos, diferentes grupos sociais tiveram olhares distintos sobre o candidato a santo. Como um soldado de Cristo, Anchieta despertou sentimentos ambíguos nos leitores de sua hagiografia. Seria engano pensar que em sua causa de canonização subsistiu apenas sua aura de santidade; o candidato a santo também se tornou alvo de acusações severas. Por um lado, catequizador incansável, audacioso empreendedor, protetor dos índios, pródigo escritor, observador atento do novo mundo; por outro, cruel colonizador, doutrinador intransigente, explorador inescrupuloso e carrasco de huguenote. No decorrer de sua causa, questões políticas e sociais interferiram na forma como sua santidade foi avaliada. Em 2014, Anchieta foi canonizado a partir de uma estratégia pouco utilizada pela Igreja, a Canonização por Equipolência⁷.

⁷ Recorre-se a essa estratégia quando, por alguma razão, não foi possível comprovar um milagre e concluir o processo formal de canonização, e, ao mesmo tempo, aquele candidato a santo já possui um culto estabelecido. Assim, sua festa é inserida no calendário litúrgico da Igreja em âmbito universal, com direito a

Muitas vezes, as polêmicas em torno da figura de São José de Anchieta reacendem em discussões sobre a forma de organização do Estado brasileiro e sobre a laicidade. No final do século XIX, momento de consolidação da República e de separação entre Estado e Igreja, a história da execução de Bolés voltou à tona. Como demonstra Emerson Giumbelli (2008), a Igreja Católica teve um papel fundamental na definição das relações entre Estado e religião na República; ela se esforçou para que o Estado reconhecesse sua preeminência na constituição da nacionalidade. Paula Montero afirma que

No ato inaugural da nação brasileira pelo regime republicano, a Igreja como instituição perde seus poderes civis, mas o catolicismo permanece como matéria prima da construção da nacionalidade disputando com o positivismo que penetrara nas classes letradas e dirigentes do país, mas reinando, quase absoluto no coração das classes populares (MONTERO. 2013, p.22).

Em 1896, no alvorecer republicano, intelectuais monarquistas e católicos se reuniram para comemorar o tricentenário de Anchieta. Mais do que exaltar a figura do jesuíta, os textos escritos para o evento, inseridos em um contexto de agitação política e disputas simbólicas entre monarquistas e republicanos, pretendiam demonstrar o papel primordial da Igreja Católica na formação da nação e da civilização cristã. Nessa perspectiva, a República, o positivismo e a laicização do Estado representavam um retrocesso e uma desconstrução dos esforços civilizadores dos jesuítas. Em seus primórdios, o Brasil teria desempenhado uma função essencial para a história da humanidade, com os soldados de Cristo, tornou-se uma fortaleza em tempos de reforma protestante. Eduardo Prado, membro fundador da Academia Brasileira de Letras e monarquista convicto, afirmou em sua conferência:

As descobertas marítimas dos portugueses e dos hespanhoes alargavam o mundo e mostravam a Roma que, em troca das nações perdidas na Europa, poderia ganhar um continente inteiro, muito maior que a Europa. [...] a obra da Igreja foi uma obra de civilização e de humanidade e que os seus principaes operarios foram os jesuitas. [...] tenhamos nós o nosso orgulho; é o de sermos um povo que deve a sua existencia, não á trucidação de uma raça inteira, hecatombe que o protestantismo não impediria no sul, como não soube impedir noutras regiões, mas á fusão de raças oppostas de origem, e que o catholicismo, renovando o seu

missa e ofício divino em sua honra, sem que tenha sido cumprido todo o protocolo habitual de uma causa de canonização.

antigo prodígio da christianização e da absorpção dos bárbaros, soube também na America ensinar, civilisar, abençoando a união fecunda das raças, de quem deviam brotar tantas nações (1900, p.40; 41; 45).

Nesse ínterim – e agravando a frustração e a contrariedade dos republicanos mais radicais – foi elaborado um projeto no estado de São Paulo para construção de uma estátua de Anchieta. Álvaro Emídio Gonçalves dos Reis, republicano e pastor da Igreja Presbiteriana, publicou um livro intitulado “Anchieta, o carrasco de Bolés”, repudiando qualquer iniciativa de homenagem ao jesuíta por parte do estado e afirmando que “Anchieta não era merecedor de uma estátua, [...] porque foi um missionário intolerante e fanático, a ponto de servir de carrasco para um herege, que ele mesmo converteu e batizou – tornando-se, pois, carrasco de seu próprio filho na fé – tornando-se um parricida moral!”. Como paulista e republicano, ele afirma que não poderia se calar diante dessa situação, pois uma estátua de Anchieta junto ao palácio do governo significa que “a Companhia de Jesus governa o governo, ou conjuntamente com o governo! ”. Sobre a conferência de Eduardo Prado ele declara:

O dr. Eduardo Prado, sem mais reбуço, tendo de um lado o Presidente do Estado e, de outro, um Príncipe da Igreja Catholica, faz a mais franca propaganda do jesuitismo, fazendo apoteose da ‘Companhia de Jesus’! Ao mesmo tempo que tudo isso se realiza, uma incerteza, uma desconfiança, abate os mais sinceros republicanos” (REIS, 1896, p.31).

Em 1907, acrescentando mais lenha na fogueira das discussões, Erasmo Braga, pastor presbiteriano, traduziu a “Confissão de Fé” e o capítulo sobre a perseguição dos calvinistas no Brasil escrito por Jean Crespin. Além disso, defendia a criação de uma Biblioteca do Protestantismo Brasileiro, à semelhança das que foram fundadas em outros países, como na França.

Muitas vezes, os defensores de Anchieta aparecem ligados a esferas conservadoras da sociedade brasileira. Neste caso, a apologia ao jesuíta parecia bastante profícua para os monarquistas. Mais tarde, foram os defensores da ditadura militar que se apropriaram da história de Anchieta. Uma lei federal do ano de 1965 determinou que, a partir de então, no dia 9 de junho, seria comemorado o “dia de Anchieta”. Uma série de estratégias colocaram novamente à baila seu nome e sua história: a realização de um Ciclo de Conferências sobre sua Vida e Obra, um Congresso Anchietano, encenações públicas de

seus Autos, confecção de selos e placas de prata e bronze em sua homenagem, edição de suas obras completas. Anchieta, o “apóstolo do Brasil”, era agora um precursor da nossa nacionalidade, um exemplo de santidade para a sociedade brasileira. A iniciativa desse momento cívico partiu do então presidente da República, Castelo Branco. Naquele momento, o novo governo buscava legitimidade na ideia de que havia um perigo comunista, e por consequência, estariam também em risco a religião e a integridade da família brasileira. Seria de grande valor para o Estado associar a imagem do jesuíta aos valores morais e religiosos conservadores defendidos pelos grupos sociais responsáveis pela implantação da ditadura militar. Nesse ínterim, é feita uma analogia entre os comunistas do século XX e os franceses protestantes do século XVI, expulsos do Brasil com o apoio de Anchieta (FLECK, 2009). Assim, mais uma vez sua figura não escapou das tensões e das ambiguidades que o cercam – tornou-se herói nacional, mas, sobretudo, herói nacional em tempos de ditadura militar, fato suficiente para que, posteriormente, essa homenagem nem sempre fosse vista com bons olhos.

Darcy Ribeiro (1995), com uma escrita de inspiração marxista, fala da violência, da intolerância, da prepotência e da ganância do plano jesuítico. Ele lembra que Anchieta, longe de ser o suave evangelizador de nossas selvas, demonstrou regozijo diante do infortúnio dos tamoios, e não poupou elogios a Mem de Sá, grande subjugador dos índios. Segundo Darcy Ribeiro, Anchieta deixa escapar a sensatez própria da santidade no poema dedicado ao governador, no qual louva o heroísmo lusitano nas guerras contra franceses e tamoios.

Em 2000, a Assembleia Geral da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil apresentou uma carta sobre os 500 anos de evangelização. Para sua elaboração, a presidência da CNBB solicitou a um grupo de bispos que redigisse um anteprojeto; posteriormente, esta primeira versão seria analisada por todos os bispos do Brasil, e poderia sofrer cortes, modificações e acréscimos. Os bispos que escreveram o texto inicial faziam parte de uma ala mais progressista do clero, e decidiram incluir uma crítica a Anchieta. Entretanto, estas observações sobre o comportamento do jesuíta foram completamente eliminadas da versão final da carta.

Mesmo um homem santo e culto como Anchieta aparece, aos olhos dos críticos de hoje, como que dividido entre sua boa fé e sua sensibilidade

poética, por um lado; e uma atitude, às vezes, de imposição da nova religião aos índios, por outro.⁸

Anchieta é figura complexa, cercada por tensões e interpretações divergentes. Ele se ocupou de múltiplas tarefas, sem nunca conseguir escapar das contradições que o cercam. Foi zeloso enfermeiro, cuidando dos índios nas epidemias causadas pelos próprios colonizadores. Foi um grande escritor, por muitos anos assumiu o cargo de epistológrafo da colônia, mas seus escritos trazem muitas declarações que pesam contra ele próprio. Esteve ao lado de Mem de Sá na vitória sobre os franceses, fato que trouxe não apenas o êxito dos tupis como também a desgraça dos tamoios. Apesar de seu triunfo em 2014, quando foi canonizado, críticas, dúvidas, desconfiças persistiram. A história de Bolés reaparece reiteradamente, agora em inúmeras versões, modificadas e multiplicadas pelas transmissões orais. Com frequência, sites e blogs retomam a polêmica e questionam a santidade de Anchieta. Para citar um exemplo, um site propõe enquetes sobre figuras históricas, perguntando se se trata de um herói ou um vilão⁹. Sobre São José de Anchieta, 933 pessoas participaram da enquete, e a maior parte considerou que ele era um vilão. Nos comentários, quase sempre há referência à execução do protestante:

Esse padre, mandou matar 3 evangélicos calvinistas que vieram ao Brasil para pregar a bíblia sagrada. O outro cristão evangélico fugiu, mas foi pego pelo padre e como o carrasco não podia matar homens de Deus, o próprio padre foi la e colocou com as próprias mãos a corda e enforcou o ilibado homem Cristão. Isso a historia católica tenta apagar, ate os dias de hoje.

Conhecendo a história cristã de fé evangélica, o referido padre não passa de um grande vilão. Perseguiu os protestantes francêses e holandêses, que chegava em solo brasileiro. Existem provas que ele [anchieta] foi quem puxou a alavanca que acionou a guilhotina da morte de um dos protestantes. Perguntamos como pode um homem que fez tanta gente sofrer, morrer, chorar pelo o desaparecimento de seus ante-queridos chegar a ser "santo"? É uma grande aberração. É brincar com sentimentos de pessoas que simplesmente não concordaram com o tipo de fé que este vilão jesuíta professava.

[...] Uma missão francesa enviada por João Calvino se estabeleceu, em 1557, numa das ilhas da Baía de Guanabara, fundando a França Antártica. No mesmo ano, esses calvinistas francêses realizaram o primeiro culto protestante no Brasil e, de acordo com alguns, da própria América. Mas, pela predominância católica, foram obrigados a defender sua fé ante as

⁸ Folha de São Paulo, 29 de abril de 2000.

⁹ Disponível em: heróis.br101.org

autoridades, elaborando a Confissão de Fé de Guanabara, assinando, com isso, sua sentença de morte, pondo um fim no movimento. Inclusive, o Padre José de Anchieta é acusado de ter puxado a alavanca de enforcamento de um dos reverendos mortos.

Os defensores de Anchieta enfatizam que as fontes históricas não são suficientes para comprovar o fato, além de alertarem para os riscos do anacronismo:

Meu povo... vocês não podem julgar um cara de 500 anos atrás com a ótica de hoje... simplesmente não faz sentido. Vocês devem julgá-lo pelos atos dele em relação à época em que ele viveu. Naquela época se tratava índio como bicho, ao catequizá-los ele os igualou à pessoas coisa que para a época era um grande avanço.

Quando Norbert Elias (1995) escreve a biografia de Mozart ele nos mostra como é possível articular uma análise subjetiva da personalidade e uma análise histórica e sociológica do contexto em que ele viveu. Na análise de Elias, os dois níveis se interpenetram, a personalidade de Mozart é pensada em consonância com a Áustria do século XVIII, os seus sentimentos são produzidos historicamente e apresentam uma densidade sociológica. Elias demonstra uma preocupação com os dois níveis de análise. Por um lado, sua reflexão se volta para a subjetividade de Mozart, e, por outro, para a sociedade de corte vienense. Ele afirma que uma análise sobre a vida de Mozart é também uma análise sobre a situação de grupos burgueses *outsiders* numa economia dominada pela aristocracia de corte. Entretanto, não é possível entender sua vida completamente pela sociedade de corte. Compreender a vida de alguém é também adentrar em sua subjetividade. Na perspectiva de Elias, para escrever uma biografia é necessário articular os desejos de um indivíduo ao seu próprio contexto.

Durante o século XVIII, o padrão estético era subordinado ao gosto da nobreza de corte. Assim, Mozart era um músico burguês impelido a se submeter aos ditames dos seus patrões e senhores – os aristocratas. Ele tenta se libertar dessa condição, mas, naquele momento, era algo improvável. Para ter sucesso econômico, um músico precisava de um cargo na corte de algum príncipe. Entretanto, isso criava uma estrutura de dependência. A impossibilidade de se livrar dessas barreiras da estrutura social de poder foi a grande

frustração de Mozart. Mesmo com toda sua genialidade, ele precisava assumir uma posição subordinada. Para Elias, Mozart foi um gênio que surgiu antes da época dos gênios, pois aquela sociedade não reservava um lugar adequado para um artista de gênio individualizado. Mozart sentia-se igual ou até mesmo superior aos aristocratas da corte, apesar de sua situação de dependência, pois tinha consciência de seu talento musical. De acordo com Elias, aquela sociedade não conhecia o conceito romântico de gênio. Mozart era um artista burguês na sociedade de corte, identificava-se com a nobreza, mas ao mesmo tempo ressentia-se da humilhação que era imposta.

Assim, é preciso considerar os sentimentos, as emoções, a psicologia do personagem; é preciso conhecer, enfim, sua subjetividade. E para fazer uma biografia e compreender o contexto, deve-se fazer o entrelaçamento entre essa subjetividade e o tempo em que aquele personagem viveu. A vida de Mozart foi marcada por um esforço de ultrapassar as condições dadas pelo nascimento e pela época. Através de sua história, de seus dilemas, de sua necessidade em romper com as estruturas de poder da sociedade de corte, podemos compreender a sociedade em que viveu.

O estudo sobre Anchieta também nos permite pensar sobre a sociedade em que ele viveu, é um modo de analisar o processo de colonização da América portuguesa e os primeiros contatos entre portugueses e índios. Em Anchieta, podemos identificar o pensamento típico do homem seiscentista, como a animalidade atribuída aos índios; a vocação do colonizador, com sua disposição para a luta pela posse do território; e o espírito do jesuíta, que lhe trouxe o entusiasmo para catequese e para o enfrentamento do protestantismo. Por outro lado, para construir sua biografia, é preciso adentrar em sua subjetividade. Anchieta encontrou um modo particular de se relacionar com os índios, inclusive, teve problemas com a Companhia de Jesus; e superando o academicismo dos jesuítas, tornou-se prático e se reinventou diante da realidade da colônia recém-fundada. Nesse entrelaçamento entre sua subjetividade e seu contexto, surgiram os paradoxos e as dúvidas sobre sua santidade. Por um lado, é acusado pela violência da colonização, e por outro, é enobrecido pela sua capacidade de se aproximar dos índios.

Antigas histórias, conflitos atuais

Os conflitos em torno do santo também ficam evidentes na cidade de Anchieta, no Espírito Santo. De acordo com Léa Freitas Perez, “pelo menos desde a Grécia Antiga e de Atenas, não existe cidade sem santo padroeiro, cuja festa constitui o cume de sua vida coletiva” (2011, p.21). Festa, religião e cidade estão imbricadas, e são produtoras do vínculo social. Anchieta é uma cidade em que esse imbricamento ocorre de forma intensa. O nome da cidade se confunde com o nome do santo; a festa religiosa se confunde com a festa cívica; José de Anchieta é simultaneamente personagem histórico e religioso; é seu santo, seu padroeiro, seu fundador; e em tempos de crise é visto também como possível salvador, ensejando o turismo religioso.

Como assevera Ricardo Mariano, “a separação republicana entre Igreja e Estado jamais resultou na privatização do religioso no Brasil, nem muito menos na exclusão mútua entre religião e política” (2011, p.254). Observamos uma disputa por diferentes concepções de laicidade e um esforço por parte das religiões em se legitimarem no espaço público. Muitas vezes, essa busca por legitimação se dá através da própria colaboração com o Estado e em uma ênfase na importância histórica da religião, como é o caso do catolicismo na cidade de Anchieta (ES).

Da estreita relação festa/religião/cidade no município de Anchieta emergem muitos conflitos, ainda mais se considerarmos os questionamentos sobre a santidade de Anchieta, o pluralismo religioso e as distintas concepções de laicidade. Nove de junho é o dia nacional de São José de Anchieta, e é nesta data que hoje também se comemora o dia da cidade¹⁰. Para os católicos, essa é uma associação necessária, afinal, uma cidade não pode se esquecer de seus fundadores. Embora boa parte dos moradores seja indiferente a esse fato, podemos encontrar muitos evangélicos que consideram essa mistura espúria. Com efeito, os evangélicos se sentem excluídos das comemorações, que ora giram em torno da figura de São José de Anchieta e dos rituais católicos, ora se desdobram em festas profanas dotadas de todos os seus típicos excessos – álcool, sexo, drogas. O fato da prefeitura fomentar eventos do Santuário também é motivo de descontentamento para alguns evangélicos. Some-se a isso a falta de identificação dos evangélicos com a figura de São José de Anchieta, soldado da contrarreforma; mais uma vez emerge a história de Jacques Le Balleur. De acordo com uma importante liderança evangélica da cidade,

¹⁰ Antigamente a festa cívica em Anchieta era no dia 12 de agosto.

Mesmo dentro da percepção católica, o Anchieta não se enquadra muito nessa questão de ser santo. A Ordem dos Jesuítas é extremamente política, nascida para combater o protestantismo. A vinda do Anchieta para cá enquanto líder católico tem várias contradições. Naquele tempo já havia uma visão de que tinha que matar o protestante, que ele não era de Deus, que tinha que preservar a doutrina. No poema a Mem de Sá há uma situação totalmente contraditória a todo o discurso piegas do catolicismo, porque ele está mandando matar mesmo. Há um aspecto histórico, que também se discute, que houve no Rio de Janeiro um protestante francês que morreu lá, há uma vertente que diz que ele morreu em função de uma ordem do Anchieta (informação verbal obtida em 8 de junho de 2017).

E sobre a mistura entre o momento religioso e o momento cívico ele afirma:

Aqui eu fico tolhido de participar, numa festa onde a pessoa que é honrada e homenageada é um santo católico, isso me constrange, enquanto cristão evangélico, de participar disso. Então a minha luta é que as pessoas façam essa divisão entre uma coisa e outra. Acho que é possível que cada igreja tenha sua festa, porque estamos em um país livre, mas essa fusão é contraditória, ela não é histórica e tira de uma parte da população o direito de celebrar a sua cidade (informação verbal obtida em 8 de junho de 2017).

Outro ponto de conflito na cidade de Anchieta são os trabalhos escolares relacionados ao santo e a história do município. O Santuário é também um museu, e com frequência, recebe visitas das escolas. Alunos evangélicos da Escola Estadual Coronel Gomes de Oliveira, participando de atividades no Santuário, declararam que apesar das diferenças religiosas, o diálogo é possível; e como a religião católica faz parte da cultura e da história anchietense, as visitas escolares ao Santuário são importantes. Por outro lado, alguns alunos evangélicos se sentiram constrangidos ao entrar na Igreja, e outros faltaram à aula para não participar do evento. Uma aluna que frequenta a Igreja Pentecostal Gênesis afirmou que não segue todas as determinações do pastor, e, portanto, poderia participar da atividade da escola no Santuário; mas uma de suas colegas preferiu faltar porque temia “ficar de banco”, ou seja, ser excluída das atividades da igreja pelo pastor. Alguns pais orientam seus filhos a não participar desse tipo de evento promovido pela escola, pois acreditam que os assuntos religiosos devem ser tratados exclusivamente pela família¹¹.

¹¹ Informações orais obtidas em junho de 2017.

Anualmente, a Escola Elson Garcia promove exposições de trabalhos dos alunos sobre São José de Anchieta. Embora muitas crianças sejam evangélicas, as atividades apresentam uma perspectiva católica, pois, de acordo com a organizadora do evento na escola, não há como separar os aspectos históricos e culturais das questões religiosas. Na exposição de 2017, cada aluno recebeu uma folha de papel A1 com um desenho e uma mensagem sobre Anchieta. Nesta mesma folha, os alunos deveriam acrescentar textos e desenhos feitos por eles. As mensagens previamente anexadas ao trabalho tinham um caráter religioso; em geral, eram orações, louvores ou elogios ao trabalho de Anchieta como sacerdote. O esforço das crianças evangélicas em adequar sua própria experiência religiosa ao que foi solicitado ficou evidente. Houve tentativas em conciliar aquilo que elas consideravam importante com algo que poderiam escrever sobre o santo. Uma das alunas escreveu: “O padre gosta muito de ler a Bíblia sagrada! ”. Os alunos evangélicos desenharam bíblias, cruz com os dizeres “Deus é Fiel” e até mesmo a Igreja Batista de Ubu¹².

E para não nos esquecermos de como monumentos públicos também podem ser geradores de conflito, alguns anchietenses evangélicos têm demonstrado uma preocupação com a proposta da prefeitura de colocar uma imagem de Anchieta no trevo de acesso à cidade; afinal, não se sentem representados ou abençoados por ele. E nesse caso, pesam as divergências doutrinárias. Enquanto os católicos e a prefeitura apostam no turismo religioso para a recuperação econômica do município, os evangélicos entendem que a canonização de São José de Anchieta em 2014 impulsionou o início da grave crise no município – a grande seca e a paralisação da Samarco em 2015.

As divergências em torno da figura de São José de Anchieta são também conflitos sobre as diferentes concepções de laicidade no Brasil. Questões que emergiram no começo da República persistem ainda nos dias de hoje. Segundo Paula Montero,

(...) as forças políticas alinhadas ao regime de laicidade não foram fortes o suficiente para desnaturalizar, tornar anacrônica, e finalmente suprimir a presença dos símbolos cristãos em espaços oficiais [...] A configuração da controvérsia a respeito da expressão do catolicismo na esfera pública continua operando segundo um padrão que recua ao final do século XIX momento fundador da república [2013, p.24].

¹² Exposição realizada no dia 18 de junho de 2017.

Entretanto, como afirma a autora, é possível identificar na atualidade uma “mutação das sensibilidades”. Especialmente pela atuação dos evangélicos e pelas disputas de legitimidade no espaço público podemos observar um processo de desnaturalização da percepção católica de nacionalidade e bem coletivo.

Recentemente, William Betonio, diretor de programação da TV Aparecida comentou sobre o lançamento do docudrama “Aparecida do Brasil”, elaborado para as comemorações do Jubileu e em parceria com o canal History Channel:

Se a gente for parar pra pensar, historicamente falando, não tem nada mais antigo na nossa pátria, nem a nossa bandeira, do que a imagem de Nossa Senhora que tem mais de 300 anos. A República não tem essa idade, a bandeira não tem essa idade, nada tem uma representação da unidade da identidade do povo brasileiro quanto a imagem de Aparecida.¹³

Não podemos desconsiderar a importância da devoção a Nossa Senhora Aparecida no Brasil. Mas a propósito dos 500 anos da Reforma Protestante, vale lembrar que não podemos mais falar em “unidade da identidade do povo brasileiro” em relação à padroeira, e muito menos em relação ao dono do título de “padroeiro secundário do Brasil”, São José de Anchieta.

Referências Bibliográficas

- CARDOSO, Armando. **Vida de São José de Anchieta**. São Paulo: Loyola, 2014.
- CARVALHO, José Murilo de. **A formação das almas: o imaginário da República no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.
- CAXA, Quirício. **Breve relação da vida e da morte do padre José de Anchieta**. Rio de Janeiro: Prefeitura do Distrito Federal, s/d
- CRESPIN, Jean. **A Tragédia da Guanabara**. Cpad, 2006.
- ELIAS, Norbert. **Mozart, sociologia de um gênio**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1995.

¹³ Disponível em <https://noticias.bol.uol.com.br/ultimas-noticias/entretenimento/2017/08/23/correspondente-da-globo-sera-reporter-por-um-da-da-tv-aparecida.htm>

- FERRONATO, Lourenço. **José de Anchieta: O santo que amou o Brasil**. São Paulo: ACNSF, 2011.
- FLECK, Eliane; KASPER, Rafael. O dia de Anchieta: “para retemperar a fé e reforjar os sentimentos de brasilidade”. **Revista Brasileira de História das Religiões**, n.5, 2009.
- GIUMBELLI, Emerson. A presença do religioso no espaço público: modalidades no Brasil. **Religião & Sociedade**, v.28, n.2, 2008, p.80-101.
- LÉRY, Jean. **Viagem à Terra do Brasil**. Biblioteca do Exército: Editora, 1961.
- MARIANO, Ricardo. Laicidade à brasileira: católicos, pentecostais e laicos em disputa na esfera pública. **Civitas**, v.11, n.2, 2011, p.238-258
- MONTERO, Paula. Religião, laicidade e secularismo: um debate contemporâneo à luz do caso brasileiro. **Cultura y Religión**, v.7, n.2, 2013, p.13-31.
- PEREZ, Léa Freitas. **Festa, religião e cidade: corpo e alma do Brasil**. Porto Alegre: Medianiz, 2011.
- REIS, Álvaro Emídio Gonçalves. **Anchieta, o carrasco de Bolés à luz da história pátria: compilação histórica**. São Paulo: [s. n.], 1896.
- _____. **José de Anchieta à luz da história pátria: compilação histórica**. São Paulo: [s. n.], 1896.
- _____. **O martyr de Balleur: 1567**. Rio de Janeiro: [s. n.], 1917.
- REIS, Aníbal Pereira. **O santo que Anchieta matou**. São Paulo: Caminho de Damasco, 1981.
- RIBEIRO, Darcy. **O povo brasileiro: a formação e o sentido do Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.
- VASCONCELOS, Simão de. **Vida do Venerável Padre José de Anchieta**. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1943.
- VIOTTI, Helio Abranches. **Anchieta, o apóstolo do Brasil**. São Paulo: Loyola, 1980.
- Terceiro centenário do Venerável José de Anchieta**. Paris: Aillaud, 1900.